

**ESTERILIZAÇÃO VOLUNTÁRIA: DIFICULDADES DE ACESSO IMPOSTAS PELA LEI N°
9.263/1996**

BORGARO, Daiane Cristina¹
TRENTIN, Fernanda²

Resumo

Este artigo faz um resgate histórico sobre a implementação dos direitos reprodutivos no Brasil. Tem como objetivo entender o papel do Estado na garantia do direito ao planejamento familiar através da lei 9.263/1996. Nesse sentido será abordado o método contraceptivo conhecido como ligadura tubária e a dificuldade de acesso imposta pela lei do planejamento familiar. Em conclusão, constatou-se que a lei do planejamento familiar, impõe requisitos que dificultam o acesso a esterilização voluntária. No entanto, já existem alguns projetos de lei em tramitação, cuja finalidade é desburocratizar o acesso a este método contraceptivo. Resumo - até 1600 caracteres com espaços

Palavras-chave: Planejamento familiar. Esterilização feminina. Autonomia feminina.

Email: day.borgaro@gmail.com, fernanda.trentin@unoesc.edu.br